



## COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

### ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

Ao sétimo dia do mês de Setembro de 2011, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**1 – Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:**

**2 – Ponto de situação sobre os trabalhos desenvolvidos pelo GT – Registo de Interesses;**

**3 - Designação do relator e da composição do Grupo de Trabalho** para a análise do grau de satisfação das pretensões expressas pelos cidadãos por via das petições enviadas à Assembleia da República;

**4 - Discussão e votação do Requerimento apresentado pelo PS**, a solicitar a audição dos Directores dos Centros Regionais da RTP Madeira e da RTP Açores e a constituição de um Grupo de Trabalho para avaliar as eventuais consequências das anunciadas medidas de redução das emissões da RTP Madeira e da RTP Açores;

**5 - Discussão e votação do Requerimento apresentado pelo PS**, a solicitar a realização de um conjunto de audições para debater as condições do exercício do serviço público de comunicação social em Portugal;

**6 – Informação sobre as iniciativas europeias remetidas pela Comissão de Assuntos Europeus e deliberação sobre o seu acompanhamento:**

- **COM(2011)427** - LIVRO VERDE sobre a distribuição em linha de obras audiovisuais na União Europeia - Rumo a um mercado único digital: oportunidades e desafios (*Enviada à 8.ª e 12.ª Comissões*);
- **COM(2011)448** - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS

REGIÕES - Aplicação dos critérios de repartição dos recursos pelos Estados-Membros no âmbito do Fundo para as Fronteiras Externas, do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros e do Fundo Europeu de Regresso (*Enviada à 1.ª e 12.ª Comissões*);

- **COM (2011) 489** - Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao Ano Europeu dos Cidadãos (2013).

## **7 – Apreciação e votação das actas n.ºs 3, 4 e 5;**

## **8 – Outros assuntos.**

Quanto ao primeiro ponto da Ordem do Dia, que por se tratar de matéria relativa ao Estatuto dos Deputados, foi debatido à porta fechada, dando-se apenas nota de que o Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes apresentou um parecer solicitado pelo Senhor Deputado José Lino Fonseca Ramos.

Passando ao segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD), coordenador do Grupo de Trabalho – Registo de Interesses, informou que, até à presente data, haviam sido depositados na Comissão, pelos Senhores Deputados, 225 registos de interesses e, pelos membros do Governo, 46 registos de interesses. Acrescentou ainda que aquele Grupo de Trabalho já procedera à análise de 174 registos de interesses, dos quais 146 haviam sido objecto de pedidos de alteração, correcção ou esclarecimentos e, como tal, careciam de ser reanalisados. Por último, observando ser sensato e eficaz que o Grupo de Trabalho procedesse à análise de todos os registos de interesses antes da sua publicação, ainda que a sua reanálise, quando se justificasse, ficasse para momento posterior, propôs que a publicação dos registos de interesses no Portal da Assembleia da República se fizesse apenas a 14 de Setembro, após a próxima reunião do Grupo de Trabalho.

Concordaram com esta proposta os Senhores Deputados António Braga (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) e Catarina Martins (BE), tendo o Senhor Presidente observado que havia consenso para que fosse fixado o dia 14 de Outubro como data para serem disponibilizados, na internet, os registos de interesses dos deputados.

Em seguida, entrou-se no terceiro ponto da Ordem do Dia, tendo a reunião deixado de ser à porta fechada. Sobre este ponto, usou da palavra a Senhora



Deputada Carla Rodrigues (PSD) para salientar que o Grupo Parlamentar do PSD, através do Senhor Presidente da Comissão, havia sido o mentor da ideia de a 12.<sup>a</sup> Comissão elaborar um relatório de análise do grau de satisfação das pretensões expressas pelos cidadãos por via das petições enviadas à Assembleia da República, pelo que gostaria que fosse este Grupo Parlamentar a indicar o deputado relator para o referido Grupo de Trabalho.

O Senhor Presidente observou que faria sentido que o coordenador do Grupo de Trabalho a constituir para aquele efeito fosse o deputado designado para relator, ainda que, de acordo com a grelha de distribuição que vinha sendo seguida, a coordenação do grupo de trabalho a constituir pertencesse ao Grupo Parlamentar do PS. Não havendo oposição deste Grupo Parlamentar e tendo sido garantido que a coordenação do próximo grupo de trabalho a constituir lhe seria atribuída, nem havendo oposição dos demais Grupos Parlamentares, foi designada relatora e coordenadora do Grupo de Trabalho para análise do grau de satisfação das petições dirigidas à Assembleia da República a Senhora Deputada Odete João (PSD).

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) sublinhou que os termos de referência da condução e do desenvolvimento dos trabalhos daquele Grupo de Trabalho deveriam merecer um maior debate em sede de Comissão, pelo que o mesmo deveria elaborar uma proposta sobre os mesmos e apresentá-la ao plenário da 12.<sup>a</sup> Comissão. Em seguida, indicou como membro do Grupo de Trabalho o Senhor Deputado João Portugal (PS).

Foram ainda indicados como membros do Grupo de Trabalho, a Senhora Deputada Margarida Neto (CDS-PP) e a Senhora Deputada Catarina Martins (BE).

Encerrada a discussão sobre este ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) solicitou que os dois requerimentos identificados nos pontos quarto e quinto fossem apresentados e discutidos em simultâneo já que ambos se prendiam com o serviço público de comunicação social. Não havendo oposição, a Senhora Deputada Inês de Medeiros usou da palavra para salientar a necessidade de a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação acompanhar e analisar o seguinte:



- a) As propostas que seriam apresentadas pelo Grupo de Trabalho constituído pelo Governo para estudar o conceito de serviço público de comunicação social;
- b) As propostas legislativas que seriam apresentadas na sequência daquele estudo;
- c) O modelo de contrato de concessão de serviço público e a execução do mesmo.

O Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) interveio para apresentar o requerimento que solicitava a audição dos Directores dos Centros Regionais da RTP Madeira e da RTP Açores e a constituição de um Grupo de Trabalho para avaliar as eventuais consequências das anunciadas medidas de redução das emissões da RTP Madeira e da RTP Açores, lembrando que a definição de serviço público de comunicação social estava especificada na lei em termos concretos para as regiões autónomas, e informando que as declarações proferidas pelo Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares na reunião da 12.<sup>a</sup> Comissão, no passado dia 30 de Agosto, haviam causado grande apreensão naquelas regiões. Disse ainda que a televisão tinha um papel fundamental de coesão entre os açorianos das várias ilhas e os açorianos e os madeirenses, assim como entre os residentes nos Açores e na Madeira e a comunidade residente no continente e também no estrangeiro.

Indicou ainda que a Assembleia da República, muitas vezes, se esquecia um pouco da sua soberania nas Regiões Autónomas, referiu que este facto era sentido localmente e lembrou que só muito raramente delegações oficiais do Parlamento visitavam as Regiões Autónomas, daí a importância de ser constituído um Grupo de Trabalho que ali se deslocasse e reunisse com os governos regionais, as câmaras do comércio e outras entidades locais. Por último, sintetizou a sua apresentação e a pretensão exposta no requerimento em dois grandes objectivos: a avaliação das declarações do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e das eventuais medidas a tomar relativamente à RTP-Açores e à RTP-Madeira e a presença da Assembleia da República nas regiões autónomas como forma de exercício da soberania.

A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) disse que o Grupo Parlamentar do PSD era sensível às regiões autónomas e ao impacto que determinadas medidas ali

tinham, mas realçou que o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares apenas havia falado sobre a reestruturação da RTP em termos gerais, sem adiantar quaisquer medidas concretas e específicas, pelo que considerava prematura a proposta de constituição de um grupo de trabalho, sendo necessário conhecer primeiro as medidas em concreto, e só depois a Comissão se debruçar sobre elas, sob pena de apenas fazer uma análise abstracta.

Acrescentou ainda que as direcções dos Centros Regionais da RTP Madeira e da RTP Açores não tinham autonomia própria e dependiam do Conselho de Administração da RTP, pelo que eventuais respostas sobre a concretização de medidas da reestruturação da RTP na RTP-Madeira e na RTP-Açores teriam de ser dadas pelo Presidente daquele órgão.

Em seguida, propôs que a Comissão realizasse uma audição com o Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP, para se pronunciar sobre esta matéria.

Por último, pronunciando-se sobre o requerimento que solicitava a realização de um conjunto de audições sobre o serviço público de comunicação social, disse que, apesar de repudiar algumas das observações feitas na exposição do requerimento, concordava com a necessidade de se concretizar um conjunto de audições sobre o tema, e lembrou que o plano de actividade da Comissão previa a realização de uma conferência seguida de audições sobre o serviço público de comunicação social.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) observou que era sensível aos argumentos apresentados pelo PS, mas salientou que o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares falara apenas de uma possibilidade não concretizada, pelo que seria imprudente a Comissão antecipar-se à decisão daquele membro do Governo e ao próprio processo a ela conducente, razão pela qual considerava o requerimento inoportuno, e também inadequado, por não respeitar a relação de dependência hierárquica da RTP-Açores e da RTP-Madeira ao Conselho de Administração da RTP. A este propósito, acrescentou que concordava com a proposta apresentada pela Senhora Deputada Carla Rodrigues, no sentido de se ouvir este órgão da RTP sobre o assunto.



Referindo-se ao requerimento sobre as audições relativas ao serviço público de comunicação social, considerou ser fundamental e uma obrigação da Comissão realizar um conjunto de audições sobre o tema.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) sublinhou que o Grupo Parlamentar do BE via com grande preocupação as questões das emissões nas regiões autónomas, e informou que aquele Grupo Parlamentar havia já apresentado perguntas ao Governo sobre este assunto. Recordou ainda que, na anterior Legislatura, na discussão e votação da iniciativa legislativa que deu origem às alterações à Lei da Televisão, o BE havia apresentado propostas de alteração no sentido de atribuir maior autonomia e mais meios às regiões autónomas, e que aquelas propostas haviam sido chumbadas.

Disse, ainda, concordar com a realização de um conjunto de audições sobre o serviço público de comunicação social e propôs que, no final das mesmas, fosse elaborado um relatório sobre o trabalho realizado, reflectindo as exposições dos convidados e as posições de cada grupo parlamentar sobre o tema.

Em seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues, para reiterar o que havia dito, salientando que a avaliação e o estudo da Comissão deveriam ser feitos antes da tomada de decisões pela RTP e pelo Governo, e esclarecer que, ainda que os directores dos centros regionais não tivessem autonomia, a Assembleia da República não estaria a ultrapassar hierarquias mas a cumprir os poderes de fiscalização que lhe são atribuídos pela Constituição da República Portuguesa. Por último propôs que, a ser aprovado o requerimento oral do PSD de realização de uma audição sobre esta matéria com o Presidente do Conselho de Administração da RTP, este se fizesse acompanhar pelos Directores Regionais da RTP-Açores e da RTP-Madeira.

Intervieram ainda, para reforçar as posições anteriormente tomadas pelos seus grupos parlamentares, os seguintes deputados:

- Gabriela Canavilhas (PS), que afirmou que o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares fora muito claro ao anunciar que a decisão de redução das emissões nas RTP's das regiões autónomas já havia sido tomada pelo Conselho de Administração da RTP;



- Francisca Almeida (PSD), para referir que as questões sobre a reestruturação da RTP deveriam ser colocadas ao seu conselho de administração;
- Inês de Medeiros (PS), que observou que as audições sobre o serviço público de televisão deveriam ser realizadas independentemente da conferência prevista no plano de actividades, e reiterou a importância de se avaliar localmente o impacto das medidas anunciadas para a RTP Açores e a RTP Madeira na sociedade local;
- Raúl de Almeida (CDS-PP);
- Carla Rodrigues (PSD);
- Rui Caetano (PS).

Em seguida, todos os requerimentos apresentados foram submetidos a votação, tendo registado os seguintes resultados:

- O requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, a solicitar a audição dos Directores dos Centros Regionais da RTP Madeira e da RTP Açores e a constituição de um Grupo de Trabalho para avaliar as eventuais consequências das anunciadas medidas de redução das emissões da RTP Madeira e da RTP Açores, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, e os votos favoráveis do PS e do BE;
- O requerimento oral, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, a solicitar a audição do Presidente do Conselho de Administração da RTP, para prestar esclarecimentos sobre as eventuais medidas de redução emissões da RTP-Madeira e da RTP-Açores, foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, do PS, do CDS-PP, e do BE e com a abstenção da Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS);
- O requerimento oral, apresentado pelo Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) para que o Presidente do Conselho de Administração da RTP se fizesse acompanhar, na audição aprovada, pelos Directores Regionais da RTP-Açores e da RTP- Madeira, foi rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS-PP, e os votos a favor do PS e do BE;

- O requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, a solicitar a realização de um conjunto de audições para debater as condições do exercício do serviço público de comunicação social em Portugal, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP;
- A proposta, apresentada pela Senhora Deputada Catarina Martins (BE), de elaboração de um relatório referente às audições relativas ao serviço público de comunicação social, e à posição dos grupos parlamentares que nela forem tomadas, foi também aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

No que respeita ao sexto ponto da Ordem do Dia, a Comissão deliberou não escrutinar a COM(2011)427 e a COM(2011)448, as quais foram igualmente remetidas à 8.<sup>a</sup> e 1.<sup>a</sup> Comissões, respectivamente, e deliberou ainda proceder ao acompanhamento da COM(2011)489, relativa ao Ano Europeu do Cidadão. Cabendo ao Grupo Parlamentar do PSD designar o relator para este efeito, a Senhora Deputada Carla Rodrigues ficou de indicar o respectivo nome em momento posterior.

Quanto ao sétimo ponto da Ordem do Dia, as actas foram aprovadas por unanimidade.

No que concerne ao ponto oito da referida Ordem do Dia, o Senhor Presidente lembrou que seriam marcadas para breve as eleições para os órgãos externos à Assembleia da República e que a 12.<sup>a</sup> Comissão Parlamentar teria de ouvir os quatro candidatos ao conselho regulador da ERC-Entidade Reguladora para a Comunicação Social, após a sua candidatura ser apresentada.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas doze horas e quarenta e cinco minutos, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.





**O PRESIDENTE,**

**(José Mendes Bota)**



## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes  
Ana Sofia Bettencourt  
António Braga  
Carla Rodrigues  
Catarina Martins  
Francisca Almeida  
Inês de Medeiros  
João Portugal  
Lídia Bulcão  
Luís Pita Ameixa  
Maria Gabriela Canavilhas  
Mendes Bota  
Odete Silva  
Paulo Rios de Oliveira  
Rosa Arezes  
Rui Caetano  
Sérgio Azevedo  
Duarte Marques  
João Lobo  
Margarida Neto  
Raúl de Almeida  
Ricardo Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Dias

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria da Conceição Caldeira  
Miguel Laranjeiro

*A presente acta foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 25/10/2011*